



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 7/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na decisão plenária 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a inscrição de 5 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no curso "**Implementação da Resolução CNJ 347/2020 e a Governança das contratações do Poder Judiciário**", a ser realizado nos dias 26 a 30/04/2021, com carga horária de 20 (vinte) horas, na modalidade telepresencial ao vivo.

2.1. Servidores indicados:

1. Rudma Rosa Oliveira Costa
2. Jamil Januario
3. Eduardo Ramos Espicalsky
4. Ruzevan Saraiva da Silva
5. Pedro Henrique Barreto Marrocos

2.2. Instituição Promotora:

Razão Social: GVP Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda

Endereço: Rua Marcílio Dias 622, sala 101, bairro Santo Antônio, Joinville, SC, CEP 89.201-330

CNPJ: 16.578.531/0001-04

Contato: **Geovana Tules de Almeida**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Telefone: (41) 99909-5262

e-mail: comercial@parceriasgovernamentais.com.br

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência 1622-5 Conta Corrente 29.219-2

2.3. Do Conteúdo Programático:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI ([0681791](#))

3 - JUSTIFICATIVA

3.1. Da Necessidade

A capacitação ora pretendida encontra-se registrada no PAC 2020, sob n. 20210202, com o objetivo de atualização de conhecimentos e aperfeiçoamento na área de governança das contratações.

O curso "**Implementação da Resolução CNJ 347/2020 e a Governança das contratações do Poder Judiciário**" trará debates e estudos sobre o tema, que poderá contribuir para a rotina da organização. Nesse contexto, a proposta do evento é trazer aos agentes públicos envolvidos uma abordagem direta e prática de aspectos relevantes à sua atuação como forma de capacitar agentes públicos responsáveis pela governança e gestão das contratações dos órgãos do Poder Judiciário com vistas à implementação das diretrizes constantes da Resolução CNJ 347/2020.

3.2. Da Inexigibilidade de Licitação

A inexigibilidade de licitação se respalda no Acórdão 439/1998 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

Inscrições em cursos abertos, per se, têm o condão de caracterizar inexigibilidade de licitação, conforme magistério do Prof. Jacoby (FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 3ª. Edição. Editora Fórum. Belo Horizonte. 2005, p. 256):

“É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições.”

Da mesma forma, o Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no voto que fundamenta a Decisão TCU 439/1998-Plenário, assim asseverou:

“Retomando a proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua repetição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição.”

3.3. Da Notória especialização e Singularidade:

Considera-se que por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU.

3.4. D o Alinhamento com os Objetivos estratégicos:

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

4 – DO VALOR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O valor inicial da inscrição é de **R\$ 1.351,50** (hum mil e trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 6.757,50 (seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos para os 5 servidores indicados).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

No caso de cursos abertos, o preço cobrado pela inscrição é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado. Logo, desnecessária a realização de cotações de preços ou pesquisas junto a outros órgãos.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 6.757,50 (seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7- DO CONTRATO

7.1- O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

7.2- Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

7.3- A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

7.4 - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

7.5- Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

7.6 - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8 - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Da Contratante:

- 1 .Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

8.2. Da Contratada:

1. Disponibilizar os instrutores e local para a realização do curso;

2. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo, nos dias 26 a 30/04/2021

3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social, com o FGTS, perante a Justiça Trabalhista e ao CNJ;

4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

10 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

11 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 26 a 30/04/2021.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Antes da execução do evento: será verificada a confirmação do evento no prazo definido e a regularidade fiscal da empresa.

2. Durante a execução do evento: verifica-se a regularidade das aulas, o cumprimento dos horários, a presença do instrutor, o fornecimento dos materiais e todos os itens inclusos na contratação.

3. Após a execução do evento: verifica-se o cumprimento da carga-horária, a avaliação do evento pelos participantes e a emissão dos certificados e Nota Fiscal.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

13 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto ao FGTS, Fazenda Federal, à Justiça Trabalhista e ao CNJ, (eventos [0681793](#), [0681797](#), [0681798](#), [0681799](#)), portanto, apta a contratar com a Administração Pública.

b) Programação do curso ([0681791](#))

c) Proposta ([0681789](#))



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 19/04/2021, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0682618** e o código CRC **1BCCAAC7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001523-53.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: Participação de servidores do TRE-RO no Curso de **"Implementação da Resolução CNJ 347/2020 e a Governança das contratações do Poder Judiciário"** oferecido pela empresa **GVP Parcerias Governamentais**.

PARECER JURÍDICO Nº 30 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) - [0681529](#) - objetivando a participação de 5 (cinco) servidores no Curso de **"Implementação da Resolução CNJ 347/2020 e a Governança das contratações do Poder Judiciário"**, oferecido pela empresa GVP Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda. - CNPJ n. 16.578.531/0001-04 - a ser realizado nos dias 26 a 30/04/2021, com carga horária de 20 (vinte) horas, na modalidade telepresencial ao vivo.

02. A Solicitação de Contratação nº 27 ([0681536](#)), na qual a COEDE consta como unidade solicitante e demandante, foi submetida ao secretário da Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico - PB da pretensa contratação, consoante Despacho nº 523/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0681572](#)).

03. Com isso, elaborou-se o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0681800](#)) e o Projeto Básico nº 7/2021 – PRES/EJE-RO ([0682618](#)), no qual informa, em seu tópico 4, que o custo de cada inscrição é R\$ 1.351,50, totalizando **R\$ 6.757,50** (seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos). Ainda, o referido PB apresenta a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo de execução, indicação da EJE-RO para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos (documentos de regularidade fiscal e detalhamento do Curso e conteúdo programático completo - [0681791](#)).

04. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0681793](#)), Receita Federal ([0681799](#)), Justiça do Trabalho ([0681798](#)) e CNJ ([0681797](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

05. O Projeto Básico foi enviado ([0682094](#)) para a ciência dos seus termos pelo representante da empresa proponente ([0682336](#)).

06. Em observância ao Despacho nº 533/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0682014](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei nº 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE nº 004/08, analisou o Projeto Básico 7 ([0682618](#)) e conclui por sua regularidade ([0682673](#)).

07. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0682780](#)), no valor de **R\$ 6.757,50** (seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."*

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Inicialmente, esclarece-se que, embora tenha sido recentemente publicada a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, seu artigo 191 combinado com 193 permite a utilização da Lei n. 8.666/93 até o decurso do prazo de 02 (dois) anos após sua publicação, momento este que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorrerá a revogação daquela lei. Nesse sentido, neste parecer foi adotada as regras da lei geral de licitações anterior.

10. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

11. Não por outro motivo, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

12. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei n. 8.666/93 em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (**negritou-se**).

13. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** da Lei n. 8.666/93. Da previsão legal, retiram-se os seguintes requisitos: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por **cursos abertos**. Veja-se:

[...]

45. Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

46. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição. ” **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

15. Ressalte-se que a jurisprudência pátria, principalmente da Corte de Contas da União, tem abrandado de forma sistemática e substancial a verificação dos requisitos legais permissivos da inexigibilidade. Cita-se, a respeito, trecho do voto do **Ministro Adhemar Paladini Ghisi, proferido nos autos do TC 000.830/98-4:**

A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, como aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. **Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar à necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador.** Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de tratamento do órgão sob sua responsabilidade. - (DOU de 23.07.1998) - (sem grifo no original)

16. Em resumo, nos termos da **Decisão do TCU nº 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9)**, a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93. (sem grifo no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Releva destacar, ainda, voto do Ministro Eros Grau, proferido nos autos da Ação Penal AP 348/SC. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseja contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. ” - (DJ 03/08/07 p.30) - (grifou-se e negritou-se).

18. No caso em tela, o evento pretendido visa capacitar servidores cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atuam em comissões que demandam os conhecimentos buscados no treinamento. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB 3 ([0677995](#)):

A capacitação ora pretendida encontra-se registrada no PAC 2020, sob n. 20210202, com o objetivo de atualização de conhecimentos e aperfeiçoamento na área de governança das contratações.

O curso "Implementação da Resolução CNJ 347/2020 e a Governança das contratações do Poder Judiciário" trará debates e estudos sobre o tema, que poderá contribuir para a rotina da organização. Nesse contexto, a proposta do evento é trazer aos agentes públicos envolvidos uma abordagem direta e prática de aspectos relevantes à sua atuação como forma de capacitar agentes públicos responsáveis pela governança e gestão das contratações dos órgãos do Poder Judiciário com vistas à implementação das diretrizes constantes da Resolução CNJ 347/2020.

III – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Diante ao exposto, esta Assessoria entende que a Administração poderá realizar as inscrições dos 05 (cinco) servidores para a participação no evento em questão, promovido pela empresa GVP Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda. - CNPJ n. 16.578.531/0001-04, na modalidade telepresencial ao vivo., com fundamento no **art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei n. 8.666/93, nos termos ainda da Decisão TCU nº 439/98-Plenário.**

20. Por sua vez, observa-se que o **Projeto Básico nº 7/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES (0682618)**, no que lhe é aplicável, atende às disposições do **art. 6º, inciso IX e alíneas, da Lei nº 8.666/93**, podendo ser levado à aprovação da autoridade superior competente, para os efeitos do **art. 7º, § 2º, I e § 9º**, do mesmo diploma legal.

21. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 62 da Lei nº 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, contudo infere-se de boa prática o **envio de cópia do Projeto Básico** à empresa contratada através de e-mail, procedimento realizado nos autos ([0682094](#) e [0682336](#)).

22. Com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c Lei 14.065, de 30 de setembro de 2020). Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 20/04/2021, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001523-53.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: Participação de servidores do TRE-RO no Curso de **"Implementação da Resolução CNJ 347/2020 e a Governança das contratações do Poder Judiciário"** oferecido pela empresa **GVP Parcerias Governamentais**.

DESPACHO Nº 455 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, objetivando a participação de 5 (cinco) servidores no Curso de **"Implementação da Resolução CNJ 347/2020 e a Governança das contratações do Poder Judiciário"**, oferecido pela empresa GVP Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda. - CNPJ n. 16.578.531/0001-04 - a ser realizado no período de 26 a 30/04/2021, com carga horária de 20 (vinte) horas, na modalidade telepresencial ao vivo ([0681529](#)).

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 6 ([0681800](#)).

O objeto do evento e a data encontram-se descritos no Projeto Básico n. 5/2021 ([0681911](#)). Dimensionou-se o valor total da contratação em **R\$ 6.757,50 (seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)** considerando a inscrição de 5 servidores, conforme item 2 do referido Projeto Básico.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do curso elaborada pela empresa citada ([0681789](#)), regularidade fiscal com o FGTS ([0681793](#)), Receita Federal ([0681799](#)), Justiça do Trabalho ([0681798](#)) e CNJ ([0681797](#)), demonstrando estar apta para contratar com a administração pública.

Em observância ao Despacho nº 533/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0682014](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei nº 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE nº 004/08, analisou o Projeto Básico 7 ([0682618](#)) e conclui por sua regularidade ([0682673](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 6.757,50 (seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)** para custear a despesa ([0682780](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral que, através do Parecer Jurídico nº 30/2021 ([0683226](#)), opinou pela possibilidade de realizar as inscrições dos servidores para a participação no evento em questão, promovido pela empresa GVP Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda. -, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei n. 8.666/93, nos termos ainda da Decisão TCU nº 439/98-Plenário; pela regularidade do Projeto Básico n. 7/2021([0682618](#)), podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações; e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, com fulcro no inc. IX do art. 57 da Resolução TRE/RO nº 06/2015, e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, e publicação do extrato de ratificação apenas no DJE, em respeito ao princípio da publicidade, conforme precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário ([0683405](#)).

Verifica-se que os autos foram devidamente instruídos.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do **Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**, com fundamento no art. 25, inc. II c/c o inciso VI do artigo 13, ambos da Lei Geral de Licitações.

Além disso, também está demonstrado que a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da **Decisão do TCU nº 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9)**.

Observa-se que o evento está de acordo com o alinhamento dos objetivos estratégicos do TRE-RO, pois essa capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

peessoas, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor, conforme justificado pela COEDE no item 3.4 do Projeto Básico.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC e descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93, e

1 - Aprova o ETP (0681800) e o Projeto Básico nº 7/2021 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES (0682618), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, inc. I, e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93;

2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda do Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011;

3 - Adjudica o objeto à empresa GVP Consultoria e Treinamento em Gestão Pública Ltda. - CNPJ n. 16.578.531/0001-04 - e autoriza a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 6.757,50 (seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), condicionada à atualização da regularidade fiscal da empresa nos termos do item 8.2 do Projeto Básico; e

4 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 22/04/2021, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.